



Estácio

**ANAIS DO
X SEMINÁRIO DE
PESQUISA DA ESTÁCIO**

ANO 2018

X Seminário de Pesquisa da Estácio

2018

ISSN 2316 – 4247

(versão eletrônica: www.estacio.br/seminariodepesquisa)

Realização:

DIRETORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
VICE-PRESIDÊNCIA DE ENSINO



Apoio:

CAMPUS NOVA AMÉRICA
Universidade Estácio de Sá - UNESA





PRESIDÊNCIA

Pedro Thompson

VICE-PRESIDÊNCIA DE ENSINO

Hudson Rubem Mello de Oliveira Junior

VICE-PRESIDÊNCIA DE EAD

Adriano Pistore

VICE-PRESIDÊNCIA JURÍDICA

Alberto de Senna Santos

VICE-PRESIDÊNCIA DE MERCADO

Aroldo Alves

VICE-PRESIDÊNCIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SUSTENTABILIDADE

Claudia Romano

VICE-PRESIDÊNCIA DE GENTE E GESTÃO

Érika Magalhães

VICE-PRESIDÊNCIA DE FINANÇAS e RI

Gustavo Zeno

VICE-PRESIDÊNCIA DE OPERAÇÕES PRESENCIAIS

Orlando Júnior

VICE-PRESIDÊNCIA DE OPERAÇÕES CORPORATIVAS

Rossano Marques

CHANCELER

Ronaldo Mota

Pesquisa na Estácio

VICE-PRESIDÊNCIA DE ENSINO

Hudson Rubem Mello de Oliveira Junior

DIRETORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO

Rafael Mario Iorio Filho

X Seminário de Pesquisa da Estácio 2018

SEMINÁRIO DE PESQUISA DA ESTÁCIO

Comissão Organizadora

Rafael Mario Iorio Filho, Dr. (Coordenação)
Beatriz Schimidt de Araujo
Christiano Bittencourt Machado, Dr.
Dayse dos Santos Bastos, Dra.
Elisabeth Flavia Roberta Oliveira da Motta, Me.
Marcio Olímpio Souza
Manoel Gonçalves Rodrigues, Dr.
Mariana dos Passos Ribeiro Pinto Basílio de Oliveira, Me.
Paula Ribeiro, Dra.
Rafael da Silva Deslandes, Me.
Ronaldo Lucas da Silva, Me.
Sandra Regina Freitas da Silva Morgado de Gois, Dra.

Apoio Técnico-Administrativo

Vanessa de Oliveira Falcão (Coordenação)
Renato Paes de Souza
Valéria Goytacazes Coutinho

Colaboração

Alessandra Resende Batista Fraga
Glauce Helena Cerqueira de Carvalho
Grace Maria Brasil Fontanet
Katia Cristina Teixeira Rebello Russo
Marcelo Teixeira da Silva
Maria Isabel Andrade Monnerat
Patrícia Ferreira Cardoso
Vanessa Erica dos Santos Guedes Campos
Willian da Silva Souza

Seminário de Pesquisa da Estácio (10.: 2018 outubro: Rio de Janeiro, RJ)

Anais do X Seminário de Pesquisa da Estácio, 27 de outubro de 2018, Rio de Janeiro [recurso eletrônico] / organizadores Rafael Mario Iorio Filho... [et al.]. – Rio de Janeiro, Estácio, 2018.

Modo de acesso: <<http://www.estacio.br/seminariodepesquisa>>

ISSN: 2316-4247

1. Pesquisa - congressos e convenções. 2. Ciência. 3. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. I. Iorio Filho, Rafael Mario (org.). I. Título: Anais do X Seminário de Pesquisa da Estácio.

Título: JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E INTERPARADIGMATICIDADE CONSTITUINTE

Autor(es) Marcelo Machado Costa Lima; Maria Eugênia Sampaio Teles; Aline da Conceição Silva; Lucas Bartolazzi da Silva

E-mail para contato: marcelomclima@gmail.com

IES: UNESA

Palavra(s) Chave(s): Jurisdição Constitucional, Interparadigmaticidade Constituinte, Transconstitucionalidade, Identidade Sistêmica

RESUMO

A pesquisa em desenvolvimento é fomentada pelo Programa Institucional de Pesquisa e Produtividade da Universidade de Sá e aborda, em uma perspectiva qualitativa, a forma como o sistema jurídico-constitucional brasileiro vem buscando construir um complexo sistema de controle de constitucionalidade que simultaneamente se mostre efetivo, democrático e legítimo. Essa construção parece se dar em um quadro em que tal sistema, ao se revelar possivelmente contraditório, simultaneamente se mostra profundamente contemporâneo. Elucidando, é nossa hipótese (ou seja, em quadro metodológico hipotético-dedutivo) a de que a edificação de uma "identidade jurídica brasileira" no âmbito do controle de constitucionalidade se dá menos na busca por suas próprias raízes do que propriamente a partir de um perene diálogo com sistemas jurídicos que se revelam paradigmáticos no mundo ocidental. Tal fenômeno se desvela de forma mais evidente quando se observa que o sistema jurídico brasileiro parece temperar características de escolas jurídicas, cujos modelos encontram raízes em famílias jurídicas, em tese, bastante distanciadas entre si, como no caso de sistemas jurídicos fundados em bases de civil law, mas também de common law. Neste sentido, a pesquisa se utilizou de forma mais contundente da revisão bibliográfica, atravessando discussões suscitadas sobre as questões que envolvem, não apenas os aspectos referentes ao controle de constitucionalidade em si (caso em que se deu preferência para autores como Lênio Streck e Luiz Guilherme Marinoni), mas também a questão teórica hodiernamente central da interconstitucionalidade e da transconstitucionalidade entre sistemas jurídicos específicos, na direção das investigações capitaneadas por autores como J.J. Gomes Canotilho, Marcelo Neves e Romano Orrù. Nessa linha, importa ressaltar que não nos afastamos das preocupações com a formação histórica das estruturas institucionais e mentais do sistema jurídico brasileiro (fundamentalmente no que se refere ao sistema de controle de constitucionalidade), bem como dos sistemas alienígenas que em maior grau o influenciaram no decorrer do processo histórico de construção de uma identidade (ou, ao menos, uma busca desta). Nessa linha, a pesquisa avança com base em autores como Antônio Carlos Wolkmer, Antônio Manuel Hespanha e R.C. van Caenegem, os quais, trabalhando em uma zona que privilegia tanto a história do direito como também suas categorias teóricas, auxiliam-nos a entender como por trás da crosta dos acontecimentos legíveis, vem se alicerçando na história, a construção das mentalidades jurídicas. Assim, importa ressaltar que a pesquisa possui objetivos tanto no nível descritivo, como no nível explicativo. Para continuidade dos parciais resultados, a pesquisa buscou estabelecer as características mais marcantes dos sistemas de controle de constitucionalidade americano, alemão, português e francês, demarcando não somente as características basilares que o identificam, mas também as particularidades que o sistema brasileiro deles importou. Buscaram-se também os traços definidores do grau de legitimidade passível de se aferir nas intervenções de controle de constitucionalidade das leis, fundamentalmente se tomarmos por central a necessidade de uma relação harmônica entre os Poderes Legislativo e Judiciário. Neste ponto, embora as pretensões iniciais se revelassem mais próximas a um objetivo descritivo, ao final se mostrou necessário o uso de um método explicativo, dada as conexões entre as posições jurídicas, as circunstâncias políticas e tradições históricas de cada sistema. Encontramo-nos em fase de análise sobre as estratégias discursivas utilizadas e por cada um dos sistemas (e reproduzidas no Brasil), a fim de compreender como se dá a legitimação para uma atuação de maior ou menor expressão no âmbito do controle de constitucionalidade e, principalmente, na esfera da jurisdição constitucional.

Título: JUSTIÇA SOCIAL E IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS

Autor(es) Lídio Sânzio Gurgel Martiniano; Kelen Cristiane de Lima; Manuela Ladja dos Santos; Geokelle Viana Medeiros de Oliveira

E-mail para contato: lidiosanzio@yahoo.com.br

IES: ESTÁCIO NATAL

Palavra(s) Chave(s): Justiça Social; Imposto; Grandes Fortunas

RESUMO

A pesquisa "Justiça Social e Imposto sobre Grandes Fortunas" foi desenvolvida no âmbito do Projeto de Pesquisa "A dialética da instituição da tributação sobre grandes fortunas à luz da dimensão econômica e jurídica" da Estácio Jaguarari e no âmbito do Grupo de Pesquisa CNPq "Direitos Fundamentais e Desenvolvimento". A pesquisa em tela busca analisar e comparar, qual aspecto dessa tributação é mais viável para a atividade econômica analisando a movimentação fiscal e social a fim de dirimir previsões e proporcionar informação entre o instituto. Com isso o objetivo da pesquisa é contribuir com a elaboração desse estudo dentro do Direito Tributário brasileiro sobre o imposto IGF. Tratar a todos igualmente e aos desiguais na medida de sua desigualdade vem a apresentar uma função fiscal. Então iremos verificar a finalidade do uso do recurso do imposto e fazer um estudo para o reconhecimento da implantação ou não dessa taxa com possível atingimento à equidade social e econômica. Esse trabalho vem nos colocar frente ao nosso egresso no Projeto Político-Pedagógico do Curso de Direito ajudando-nos no desenvolvimento intelectual e treinando competências e habilidades que queremos desenvolver de modo acadêmico ao tema da infinita intervenção e atividade financeira do Estado ou de uma maneira sucinta, ao mundo do Direito Tributário. Assim, pretendemos investigar uma dessas possíveis consequências usando como modelo a pesquisa de implantação e legitimidade em sua totalidade de taxação implantada. Para elaboração desta pesquisa foram realizados estudos através de leis, livros, internet e consulta de informações sobre o tema analisado. A metodologia empregada no projeto é a pesquisa qualitativa do qual buscamos aprofundar a compreensão sobre o tema. Será feito um levantamento de campo referente a informação sobre o IGF e de forma teórica, o embasamento e análise se dará pelos registros bibliográficos e artigos para explicar a eficácia ou não desse imposto. Os dados resultantes que foram obtidos diretamente na pesquisa foram necessários para que o trabalho pudesse ser concluído e as respostas veio a nortear demais iniciativas e posicionamentos ao instituto. A partir da pesquisa bibliográfica e doutrinária, utilizando do método dialético, constatou-se que uma observação usual e de aplicação certa para este tipo de atuação financeira sobre grandes fortunas, seria levar a quem couber a imposição final deste, a opção de mudar e fazer a remessa de parte de suas riquezas e investimentos aplicados no país, enviados para o exterior, buscando paraísos fiscais ou países que não possuam esta tributação sobre grandes patrimônios, voltando aqui no Brasil a existência histórica da fuga do Fisco e assim tratar a todos igualmente e aos desiguais na medida de sua desigualdade é função fiscal, mas não é a finalidade do uso de recurso ao IGF, pois se a a equidade social e econômica se sobrepõe ao bem estar geral e individual e coletivo.